

Sonae Financial Services, SA

Sede: Lugar do Espido, Via Norte

Maia

Capital Social 6.500.000 euros

Matriculada na Conservatória Registo Comercial sob o número único de
matrícula e identificação fiscal 513 102 248

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Introdução

No terceiro ano de atividade após o lançamento ao público do Cartão Universo, em 29 de outubro de 2015, a Sonae Financial Services, SA (“Sonae Financial Services” ou “SFS” - Instituição de Moeda Eletrónica, inscrita junto do Banco de Portugal sob o número 7500) consolidou a sua posição como um dos 3 maiores emissores de cartões de crédito em Portugal. À data de 31 de dezembro de 2018, a SFS detinha uma carteira de cartões ativos de 747 mil cartões.

O ano de 2018 foi uma vez mais marcado pelo forte crescimento da base de clientes de Cartão Universo, tendo aumentado mais de 140 mil clientes, o que permitiu o aumento do volume de operações para mais de 663 milhões de euros e o número de transações autorizadas para 10,8 milhões.

O Cartão Universo é um cartão de pagamento a crédito ou a débito, que faculta o acesso aos programas de fidelização das mais relevantes insígnias do grupo Sonae, a saber, do Continente, da Worten e da Sport Zone. A associação do Cartão Universo ao programa de Fidelização do Continente permite que os clientes do cartão Universo beneficiem de 1% cash-back em todas as compras (excluindo as efetuadas com modalidades de pagamento fracionadas, sem juros) em qualquer estabelecimento comercial aderente à rede MasterCard, em Portugal ou no estrangeiro, e ainda de descontos até 16 cêntimos por litro no âmbito da parceria existente com a Galp.

Entre as várias funcionalidades inovadoras que o Cartão Universo introduziu em Portugal, destaca-se a possibilidade de fracionamento da transação nos pontos de venda (POS), nas ATM's, APP e site Universo, podendo os clientes escolher modalidades de fim-de-mês ou fracionar em 3, 6 ou 12 vezes sempre que efetuar uma compra, um levantamento de fundos, um pagamento ou uma transferência. Proporcionar aos clientes acesso a modalidades de pagamento adequadas ao seu orçamento familiar é uma das marcas distintivas da oferta da SFS e do Cartão Universo.

O Cartão Universo foi desenvolvido em conjunto com a MasterCard Payment Transaction Services S.A., assente numa tecnológica state-of-the-art, cuja robustez e escalabilidade

possibilitou a introdução em Portugal de soluções de pagamento inovadoras e distintivas para benefício dos consumidores.

O ano de 2018 foi um ano especialmente ativo na frente digital. A par da total reformulação do site Universo, a SFS lançou uma nova versão da sua APP móvel, a qual acompanhou a disponibilização da funcionalidade de pagamentos de serviços, nomeadamente, faturas e carregamentos e pagamentos ao Estado, bem como a operacionalização de transferências a partir da conta de crédito, todos com possibilidade de fracionamento da modalidade de pagamento. Com possibilidade de autenticação biométrica e uma organização de funcionalidades otimizada, a APP Universo é sistematicamente classificada como excelente pela sua base de clientes.

Ao nível dos novos serviços, a APP e o site Universo disponibilizaram em 2018 a possibilidade de simulação de crédito pessoal oferecido por parceiros e a emissão e gestão de cartões virtuais, aumentando o interesse e utilidade do site e da APP para o solucionamento das necessidades dos clientes.

A atividade da SFS foi preparada para iniciar, no arranque do ano de 2019, uma nova atividade: a de intermediária de crédito. Tirando vantagem do seu conhecimento e expertise na área do crédito em geral, a SFS passará a desenvolver a função de intermediária de crédito nas insígnias Continente, Bom Dia, Wells, dr Wells, Worten, e MaxMat, todas do Grupo Sonae, através da presença física em loja de colaboradores formados especificamente para as temáticas de crédito, apoiando os clientes Universo e potenciando as vendas de cada loja.

No ano de 2018 a SFS fez uma aposta no desenvolvimento de parcerias externas ao grupo Sonae, tendo assinado um protocolo importante com a Abreu, Viagens e Turismo, SA, o qual lhe permite aceder a uma base de mais de 150 lojas distribuídas em Portugal continental, as quais irão proceder à colocação de cartões Universo e à oferta de crédito a uma base de clientes distinta. A par deste, o protocolo com a Boutique dos Relógios foi também bastante dinamizado no ano de 2018.

O modelo de negócio da Sonae FS para o cartão Universo, assente na parceria com o Banco BNPP Personal Finance, concedente e gestor das linhas de crédito associadas às contas de pagamento a crédito, abertas pelos clientes junto da SFS, tem-se revelado um sucesso, permitindo ao BNPP PF expandir a sua exposição ao crédito ao consumo em Portugal e à SFS o estabelecimento de uma relação, em nome próprio, com os clientes Universo.

2. Contexto Macroeconómico

O ano de 2018 ficou marcado pela incerteza e volatilidade económica, por correções nas principais bolsas de valores, por grandes flutuações no preço do petróleo e pelo agravamento de tensões geopolíticas. No ano passado, assistimos a um aumento do protecionismo, com os EUA e a China a intensificarem uma guerra comercial e a imporem, mutuamente, tarifas comerciais sobre a importação de produtos, e a contribuírem para o aumento da aversão ao risco entre os investidores.

Na Europa, a União Europeia e o Governo do Reino Unido chegaram a acordo para a saída do Reino Unido da União, mas o executivo britânico não conseguiu obter apoio parlamentar, agravando a incerteza em torno do Brexit à medida que o prazo se aproxima do fim. Por seu turno, a Comissão Europeia e o Governo italiano entraram em desacordo sobre a proposta de déficit inscrita no orçamento por subsistirem dúvidas quanto ao compromisso italiano no que respeita à consolidação das suas finanças públicas.

De modo geral, o ano ficou marcado pelo abrandamento económico, com os principais blocos a entrarem na última fase do ciclo económico expansionista. A Economia Mundial começou 2018 com uma nota positiva, impulsionada pela recuperação da indústria e comércio a nível global, mas, à medida que a confiança dos investidores perdeu vigor, também a recuperação perdeu fôlego. A crescente incerteza resultou na revisão em baixa das estimativas iniciais para o crescimento do PIB mundial, que encerrou o ano em +3,7%¹ (vs +3,8% em 2017).

Nos Estados Unidos², a atividade económica manteve-se dinâmica em 2018 tendo inclusivamente superado a maioria das economias desenvolvidas, com o PIB real a aumentar +2,9%. Este crescimento sólido foi impulsionado pelos estímulos fiscais, sob a forma de cortes nos impostos (que afetam empresas e famílias) e de expansão da despesa pública. Em resultado, a taxa de desemprego caiu para 3,8%, o valor mais baixo dos últimos 49 anos. Entretanto, a Reserva Federal passou a adotar uma política monetária mais restritiva e elevou as taxas de juro de referência quatro vezes durante o ano, com o intuito de trazer as taxas de juros para níveis considerados normais e evitar uma subida demasiado rápida dos preços. No terreno político, os Democratas recuperaram a maioria na Câmara dos Representantes e os Republicanos consolidaram o seu domínio no Senado, acentuando a divisão na política americana.

¹ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

² IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

A Zona Euro³, por outro lado, teve um comportamento dececionante em 2018 e o crescimento económico ficou aquém do esperado, refletindo uma mudança no sentimento económico. Após um forte desempenho em 2017, a atividade económica foi penalizada pelos vínculos comerciais com a China e pela nova legislação ambiental sobre os motores a diesel, que resultou em cortes na produção e na redução das exportações de veículos enquanto estes eram homologados à nova regulação. O ritmo de crescimento tem vindo gradualmente a abrandar e a taxa de crescimento a cair para a taxa de crescimento potencial, à medida que o ciclo económico amadurece. Como tal, em 2018 o crescimento real do PIB caiu de +2,4% em 2017 para +1,8%.

Finalmente, em 2018 os Mercados Emergentes seguiram a tendência global. Alguns países com desequilíbrios económicos crescentes (ex. Brasil, Argentina e Turquia) estiveram sobre pressão financeira dos investidores por não ser óbvia a sua capacidade de ajustamento ao aumento das taxas de juros dos EUA. Contudo, no final do ano as expetativas económicas melhoraram. Em contraste, a economia Chinesa⁴ continuou o seu processo de abrandamento estrutural e o PIB real desacelerou para +6,6%, refletindo tanto o abrandamento da componente interna como da externa. Os elevados níveis de dívida parecem estar a afetar a economia que deverá ter registado a taxa de crescimento mais baixa desde 1990.

Em Portugal, a atividade económica manteve-se robusta com o PIB a crescer +2,1%⁵, impulsionado principalmente pela procura interna e, em particular, pelo crescimento continuado da despesa privada. O crescimento económico foi apoiado por uma melhoria gradual das condições do mercado de trabalho, que apresenta taxas sólidas de criação de emprego e o nível de desemprego mais baixo em 16 anos (7,0%)⁶. Nos últimos anos, a economia portuguesa tem beneficiado de uma melhoria da competitividade, com uma importância crescente dos setores do turismo, automóvel e imobiliário.

No entanto, o crescimento desacelerou no ano passado, refletindo uma moderação natural à medida que a economia se aproxima de uma fase mais madura do ciclo. Após um desempenho notável em 2017, o crescimento do investimento e o crescimento das exportações voltaram a níveis mais sustentáveis.

O consumo privado manteve-se particularmente dinâmico, beneficiando dos níveis elevados de confiança dos consumidores e das condições de financiamento favoráveis. De forma global, as condições de crédito ao consumo continuaram em grande parte

³ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁴ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

⁵ Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

⁶ Eurostat, Taxa de desemprego (%), janeiro 2019

favoráveis, com as taxas de juro a permanecerem em níveis considerados baixos. O aumento no preço dos imóveis também contribuiu para um forte efeito de riqueza, proporcionando um impulso adicional ao crescimento do consumo privado.

Embora o consumo privado tenha mantido o dinamismo, este começou, contudo, a demonstrar alguns sinais de moderação com a venda de viaturas de passageiros a crescer +2,8% (+7,1% em 2017)⁷, a taxa mais baixa desde 2013. As vendas a retalho⁸ também perderam alguma força relativamente ao ano passado (+4,6%), por efeito da desaceleração das categorias não alimentares (+4,3%), enquanto as vendas a retalho de produtos alimentares e bebidas aceleraram (+4,9%). Adicionalmente, a despesa com hotelaria e restauração manteve-se forte (+7,7% e +5,3%)⁹, impulsionada pelo consumo de não-residentes.

Perspetivas para 2019

Em 2019, espera-se que o crescimento global abrande para +3,5%¹⁰ à medida que se encerra o ciclo expansionista num contexto onde imperam receios quanto ao escalar dos conflitos comerciais. A mudança no sentimento económico sentida em 2018 traduzir-se-á em 2019 num declínio progressivo do crescimento para o seu valor de longo-prazo e em melhorias mais lentas no mercado de trabalho. Contudo, parece improvável que o abrandamento se materialize numa recessão. Espera-se também uma maior sincronização no crescimento das economias avançadas e emergentes, com o diferencial das taxas de juro a estreitar.

Vários focos de instabilidade vão continuar a manter a balança de riscos enviesada para o lado negativo, principalmente os relacionados com o desenvolvimento do panorama geopolítico. Espera-se também que as condições financeiras se tornem menos favoráveis, com os Bancos Centrais a adotarem uma política monetária mais restritiva. No entanto, a política monetária nos EUA e na Zona Euro deverá permanecer suficientemente acomodatória, com o FED a atenuar a subida das taxas de juro e o BCE a manter as taxas de referência praticamente inalteradas e a reinvestir o valor dos títulos de dívida que atinjam a maturidade.

Por seu turno, o abandono progressivo dos estímulos fiscais e o aperto das condições financeiras vão seguramente contribuir para o abrandamento da economia americana,

⁷ ACAP, Venda de carros, janeiro 2019

⁸ Eurostat, Retail sales turnover index, janeiro 2019

⁹ Eurostat, Retail sales turnover index, janeiro 2019, dados para o período Jan18-Nov18

¹⁰ MF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

mas a procura interna permanecerá forte, sendo esperado que o PIB cresça +2,5%¹¹ em 2019.

Na Zona Euro, o crescimento deverá ser mais moderado, marcado por um consumo privado mais suave e uma produção industrial mais modesta na Alemanha, bem como pela desaceleração em Itália e França. No entanto, a incerteza sobre o Brexit pode acentuar a moderação esperada.

As perspetivas para Portugal são globalmente positivas, mas espera-se um abrandamento da atividade económica, espelhando um esbatimento das melhorias do mercado de trabalho e alguma deterioração da confiança entre os consumidores. Em 2019, o PIB real deverá desacelerar para +1,8%¹², no entanto, espera-se que a procura interna permaneça relativamente estável, beneficiando da recuperação do investimento privado.

Quanto ao consumo privado, prevê-se que mantenha um ritmo de crescimento sólido de +2,0%¹³ em termos reais, impulsionado pelos ganhos salariais e pelo crescimento do emprego, num contexto de baixas pressões inflacionistas. Espera-se também que a taxa de poupança permaneça relativamente estável em níveis historicamente baixos.

3. A Sonae Financial Services, SA

A Sonae Financial Services, SA é uma entidade registada junto do Banco de Portugal como instituição de moeda eletrónica, estando, nessa qualidade, sujeita à observância de um conjunto de requisitos prudenciais. Nos termos da licença outorgada à SFS, esta deverá assegurar fundos próprios superiores a 10% das despesas gerais fixas dos últimos 12 meses.

Com este enquadramento de atividade, e com o intuito de suportar a estabilização da atividade operacional e respetivos desenvolvimentos, foram realizadas operações de chamada de fundos, em 2018, junto do acionista único, no valor de 2.300.000€ (dois milhões e trezentos mil euros), divididos da seguinte forma:

- Aumento de capital no valor de 1.000.000€, no mês de dezembro;
- Entrada de numerário para cobertura de prejuízos no valor de 800.000€ e 500.000€, respetivamente nos meses de janeiro e maio.

¹¹ IMF World Economic Outlook Update, janeiro 2019

¹² Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

¹³ Banco de Portugal, Boletim Económico, dezembro 2018

A SFS apresentava no final do ano de 2018 o capital social, integralmente realizado, de 6.500.000€ (seis milhões e quinhentos mil euros).

Relativamente a recursos humanos, no total, a empresa contava com a colaboração direta de 49 elementos no final de 2018 (45 elementos no final de 2017).

4. Principais destaques da atividade desenvolvida em 2018

No final de 2018, o número de cartões angariados e ativos totalizava 747 mil, superando uma vez mais as melhores expectativas da equipa de gestão, permitindo ao Cartão Universo ocupar a terceira posição no ranking nacional dos emissores de cartões de crédito (estimativas SFS).

Com o propósito de deixar testemunho das iniciativas que marcaram o ano apresentam-se abaixo, as principais realizações de cada área de gestão da Sociedade:

Marketing - Comunicação

Três anos após o lançamento foi sentida a necessidade de revisitar os referenciais de comunicação da marca Universo e a imagem global como o produto se apresenta perante os consumidores. Neste sentido, a SFS promoveu, em colaboração com a Ivity, SA, um trabalho de reflexão em torno da marca Universo, incorporando a necessidade de refletir o alargamento do portfolio de produtos e soluções financeiras infinitamente simples que o Universo disponibiliza às famílias Portuguesas (Cartão, Financiamento e Seguros).

Em paralelo, foi reforçado o apoio da marca Universo à internacionalização da indústria nacional de produção televisiva, novamente como patrocinador único da Semifinal dos International Emmy Awards (em Lisboa) e das candidaturas dos programas de televisão dos canais portugueses à competição, incluindo a novela Ouro Verde da TVI, eleita a melhor Telenovela Mundial.

Especialmente relevante foi o lançamento de um novo site Universo por forma a responder a vários desafios: ser customer experience driven, incorporar o rebranding da marca, assegurar a segmentação do portfolio de soluções financeiras de forma clara; permitir elasticidade de agregação de portfolio e melhoramento da posição do site na pesquisa orgânica Google através de ferramentas SEO.

Marketing - Produto

Sendo o Cartão Universo um produto vivo, que se molda às necessidades transmitidas pelos clientes e se interrelaciona com parceiros, foi preocupação da equipa de gestão do produto desenvolver:

- Campanhas conjuntas com insígnias Sonae (e.g. campanha de contactless em dezembro no Continente, ações de utilização de crédito na Worten);
- Continuação de evolução de funcionalidades no cartão Universo (e.g. introdução de pagamentos de serviços);
- Aumento de possibilidades de adesão (alargamento de opção de 2º titular do cartão, revisão das condições de elegibilidade para adesão dos clientes ao cartão).

Marketing - Canais

Em paralelo com a continuada dinamização da presença em loja (seja por acompanhamento indireto nas lojas das insígnias Sonae, seja por via direta nos através de balcões próprios) e da implementação de um balcão emblemático (in fine no Colombo), utilizado em grandes eventos e dotado de capacidades de animação multimédia, o ano foi marcado pelo estabelecimento de uma parceria com o principal operador do mercado nacional na área das viagens, oferecendo soluções de pagamento para uma das principais tipologias de despesas pagas a crédito. Esta parceria permitiu-nos alargar os locais de adesão ao Universo para mais 150 novas localizações.

Serviço ao Cliente - Reclamações

Sendo a Sonae FS uma entidade prestadora de serviços financeiros com presença física direta muito reduzida, a resolução de reclamações de clientes torna-se num ponto chave de construção de confiança de propagação do bom serviço que se quer prestar. Em 2018 a Sonae FS assegurou a resolução de 2.335 casos de reclamação escritas de clientes, tendo conseguido atingir, apesar do elevado volume de reclamações, uma posição de destaque, pela positiva, no Portal da Queixa.

A taxa de reclamações da SFS mantém uma tendência decrescente, encontrando-se no final do ano de 2018 em 0,04%.

Em 2018 a SFS implementou um sistema de monitorização do nível de recomendação dos seus clientes a potenciais novos clientes. O NPS (Net Promoter Score) do Universo tem-se mantido sistematicamente elevado ao longo dos vários inquéritos trimestrais e atingiu o máximo de 37.1 pontos (saldo positivo entre promotores e detratores), o que

denota que os nossos clientes recomendam o nosso produto e nos destaca positivamente da concorrência.

Serviço ao Cliente – Contact Center

O ano de 2018 deu continuidade ao movimento iniciado em 2017 de implementação de um novo modelo de Governança na área de apoio ao cliente. Em termos práticos, em 2018 foi concluído o processo de seleção de um novo fornecedor de solução de call-center bem como de plataforma de suporte à operação (Sales Force) e iniciado todo o processo de migração para as novas plataformas.

Como tendências observadas nesta área em 2018 registamos o continuado aumento da importância dos canais digitais nas interações com clientes, tendo também sido efetuado o movimento de alargamento da utilização destas plataformas aos nossos parceiros.

Com estas alterações esperamos em 2019 melhorias significativas no serviço ao cliente e na capacidade de atuar, em tempo e qualidade, sobre as aprendizagens destas interações.

Serviço ao Cliente – Operações e Serviço de Extrato

A qualidade do serviço prestado pela Sonae FS, aferido pelos indicadores base de ativação de clientes, autorização de transações e emissão de extrato teve em 2018 uma melhoria continuada e generalizada, fruto da maturação dos processos e da maior eficiência decorrentes da experiência adquirida acumulada.

Merece destaque a estabilização do processo de emissão do extrato dos clientes a sua disponibilização sistemática com mais de 5 dias de antecedência à data de ida a banco, o que se torna ainda mais relevante pela progressão, em 2018, para 80% da percentagem de clientes que optam pelo extrato digital.

Inovação e Desenvolvimento

O Cartão Universo é um produto em construção, com uma dedicação de recursos humanos e financeiros muito relevantes à área de desenvolvimento de produto. Em 2018 destacamos os seguintes lançamentos como ilustrativos da importância da cadência e dimensão dos projetos concretizados:

Jan/18	cartões virtuais Universo nos canais digitais
Fev/18	pagamento serviços e transferências em ATM's
Mar/18	novo Home Banking Universo Online
Abr/18	pagamento serviços e transferências nos canais digitais
Mai/18	disponibilização comprovativos operações em canais digitais
Set/18	possibilidade de gestão das modalidades de pagamento nos cartões virtuais
Out/18	lançamento pedido crédito pessoal nos canais digitais
Nov/18	lançamento novo <i>messaging</i> para contato com clientes em canais digitais e integração com CRM (Salesforce);
Dez/18	possibilidade alterar modalidade de pagamento de uma transação nos canais digitais

Unidades de Suporte e Infraestrutura

Para assegurar que todas as unidades de contacto com o cliente proporcionassem as vantagens acrescidas que acabamos de relatar, foi necessário obter das unidades de back-office e de infraestrutura o concurso do seu contributo.

A área que merece maior destaque, pela transversalidade e omnipresença do seu contributo, é a área de IT. Destacamos as seguintes iniciativas dinamizadas pela área:

- Reflexão e desenho sobre a nova arquitetura de sistemas de informação para a Sonae FS e do roadmap de desenvolvimento dos vários blocos, tendo-se dado início à sua implementação, ainda em 2018;
- Aquisição e configuração das novas plataformas de gestão da operação do call center: Salesforce para gestão dos processos com os clientes e Talkdesk para gestão do canal de voz;

- Continuar da jornada de evolução dos fluxos de informação para 'real time': implementação das autorizações, contas e clientes;
- Implementação do novo layout e plataforma do site universo.pt;
- Evolução tecnológica à plataforma de datawarehouse, permitindo maior estabilidade, performance e novas funcionalidades de exploração da informação de cliente (advanced analytics).

A exaustividade da enumeração de iniciativas implementadas em 2018 imporia uma revisão de concretizações das demais áreas da SFS: Compliance, Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controlo Interno, Tesouraria e Financiamento, Controlo Administrativo e Reporte e PCG; Não o faremos pela complementaridade dos contributos aportados com as ações identificadas nas demais áreas a que demos destaque acima.

Ainda assim, pela complexidade acrescida que a atualização do enquadramento regulamentar impôs, referimos o que de mais relevante marcou o ano na área de Compliance e de Controlo Interno e Gestão de Risco:

- Novo enquadramento do regime de BCFT - Lei 83/2017 e Aviso 2/2018;
- Apropriação e implementação das alterações operativas decorrentes da transposição da PSD2, seja ao nível de renovação do processo de licenciamento da SFS, sejam pelas implicações ao nível da autenticação dos clientes, seja pelas implicações de abertura a prestadores de serviços independentes (PISPS e AISPS);
- Adoção do Regulamento 2016/679 relativo à proteção de dados (RGPD).

Relação com parceiros colocadores do Cartão Universo

Aproveitando sinergias com as insígnias do grupo Sonae que exploram estabelecimentos comerciais de retalho, nomeadamente as insígnias Continente, Worten e SportZone, foi estabelecido, com cada uma delas, um acordo de disponibilização de colaboradores para, após formação específica dada pela Sonae FS, desenvolverem atividades de suporte aos clientes Universo num conjunto variável de lojas.

Este terceiro ano de atividade, tal como previsto, ainda foi de forte investimento na criação e estabilização de uma estrutura operacional sólida, tendo consumido elevados recursos financeiros, ainda que a ritmo decrescente quando comparado com o ano de 2017. A Sonae FS concluiu o ano de 2018 com um resultado antes de impostos negativo de 2,0 milhões de euros, contra um valor negativo de 2,7 milhões de euros registado em 2017.

5. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2018 até esta data que necessitem ser divulgados.

6. Gestão de riscos financeiros

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros da empresa encontram-se descritos em detalhe na nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

A SFS completou o seu terceiro ano de atividade após o lançamento ao público da operação Universo, estando os resultados a evoluir de acordo com plano de negócios aprovado no Conselho de Administração de julho de 2015.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2018, no valor de 1.597.849,13 euros seja transferido para resultados transitados.

8. Perspetivas futuras e factos subsequentes

Se o ano de 2018 foi marcado pela temática da proteção de dados, com o ajustamento da operação ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), o ano de 2019 será marcado pelos desenvolvimentos necessários à conformidade com os requisitos da 2ª Diretiva de Serviços de Pagamento (PSD2). Temáticas como Strong Customer Authentication (SCA) e abertura das operações aos Service Initiators (PISPs, AISPs, etc.), são temáticas ainda em regulamentação pelas autoridades financeiras, mas que previsivelmente impactarão a atividade e a alocação de recursos da SFS.

O ano de 2019 será também marcado por uma intensa atividade promocional do cartão Universo, quer para a angariação de novos clientes quer para a promoção dos aspetos inovadores do cartão, promovendo a sua utilização diária. Alavancando no exercício de mudança da marca e da sua declinação para as várias tipologias de produtos e serviços associados, teremos em 2019 momentos fortes de comunicação above mas também direcionados para divulgação de produtos Universo.

Não poderíamos terminar este relatório sem exprimir um agradecimento especial a todos os nossos parceiros de negócio, em especial à Mastercard, ao BNPP Paribas PF, à Contisystems e ao EuroBIC, aos nossos parceiros tecnológicos, em especial à MasterCard Payment Transaction Services S.A., à SoftFinança e à B2F, e aos negócios Continente, Worten e Sport Zone, sem a colaboração dos quais não teria sido possível a existência

deste produto. Gostaríamos de agradecer também aos nossos novos parceiros comerciais, a Abreu Viagens e Turismo pela confiança. Por último, a todos os nossos colaboradores, diretos e indiretos (através de contratos pluriemprego) que, de forma incansável e com total dedicação permitem que o projeto Universo evolua com todo o êxito que lhe é reconhecido.

Maia, 28 de março de 2019

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2019.

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

DECLARAÇÃO

Nos termos do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira

Demonstrações da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2018			31 dezembro 2017
		Valor antes de provisões, imparidade, depreciações e amortizações	Provisões, imparidade, depreciações e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo Não Corrente					
Investimentos	6	8.355	-	8.355	5.468
Ativos fixos tangíveis	7	199.916	34.827	165.089	19.702
Ativos intangíveis	8	4.304.541	1.951.030	2.353.511	2.392.334
Ativos por impostos diferidos	9	268.026	-	268.026	256.427
Total de ativo não corrente		4.780.838	1.985.857	2.794.981	2.673.931
Ativo Corrente					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4 e 5	300	-	300	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4 e 5	9.061.704	-	9.061.704	9.284.923
Outros ativos correntes	4 e 10	6.101.116	-	6.101.116	4.331.824
Total de ativo corrente		15.163.120	-	15.163.120	13.616.747
Total do ativo		19.943.958	1.985.857	17.958.101	16.290.678
Passivo Não Corrente					
Outros passivos não correntes	4 e 11			80.967	29.317
Total de passivo não corrente				80.967	29.317
Passivo Corrente					
Recursos de clientes e outros empréstimos	4 e 12			262.888	187.161
Outros passivos correntes	4 e 13			11.694.714	10.856.819
Total de passivo corrente				11.957.602	11.043.980
Total do passivo				12.038.569	11.073.297
Capital					
Capital	14			6.500.000	5.500.000
Reservas e resultados transitados	15			1.017.381	2.392.530
Resultado do exercício				(1.597.849)	(2.675.149)
Total de capital próprio				5.919.532	5.217.381
Total de passivo + capital próprio				17.958.101	16.290.678

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

**Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Juros e encargos similares		(140)	-
Margem financeira		(140)	-
Rendimentos de serviços e comissões	19	30.168.957	23.270.045
Encargos com serviços e comissões	20	(11.850.198)	(9.136.099)
Outros resultados de exploração	21	(2.978.301)	(1.719.432)
Produto bancário		15.340.318	12.414.514
Custos com pessoal	22	(11.052.456)	(9.324.162)
Gastos gerais administrativos	23	(5.389.838)	(5.232.154)
Depreciações e amortizações do exercício	7 e 8	(937.085)	(520.328)
Resultados antes de impostos		(2.039.061)	(2.662.130)
Impostos			
Correntes	24	(38.738)	(22.505)
Diferidos	24	479.950	9.486
Resultados após impostos / rendimento integral		(1.597.849)	(2.675.149)
Outro rendimento integral		-	-
Resultado por ação básico / diluído	25	(0,29)	(0,56)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

Demonstrações das alterações nos capitais próprios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	Outras reservas e resultados transitados				Resultado líquido do exercício	Total
		Capital	Reserva legal	Outros instrumentos de capital	Resultados transitados		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.200.000	-	1.530.000	2.647.857	(3.485.327)	4.892.530
Realização de capital	14	1.300.000	-	-	-	-	1.300.000
Aplicação de resultados		-	-	-	(3.485.327)	3.485.327	-
Cobertura de prejuízos	15	-	-	(1.530.000)	3.230.000	-	1.700.000
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(2.675.149)	(2.675.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		5.500.000	-	-	2.392.530	(2.675.149)	5.217.381
Realização de capital	14	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
Aplicação de resultados		-	-	-	(2.675.149)	2.675.149	-
Cobertura de prejuízos	15	-	-	-	1.300.000	-	1.300.000
Rendimento integral do exercício		-	-	-	-	(1.597.849)	(1.597.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		6.500.000	-	-	1.017.381	(1.597.849)	5.919.532

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		29.875.072	22.884.961
Pagamentos a fornecedores		(20.330.582)	(17.527.226)
Pagamentos ao pessoal		(11.537.397)	(11.331.329)
Fluxos gerados pelas operações		(1.992.907)	(5.973.594)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(27.895)	893.936
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		635.387	1.087.346
Fluxos das atividades operacionais (1)		(1.385.415)	(3.992.312)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1.303	-
		1.303	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(4.190)	(2.859)
Ativos fixos tangíveis		(256.128)	(19.439)
Ativos intangíveis		(878.024)	(1.408.441)
		(1.138.342)	(1.430.739)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1.137.039)	(1.430.739)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		500.000	-
Realização de capital	14	1.000.000	1.300.000
Cobertura de prejuízos	15	1.300.000	1.700.000
		2.800.000	3.000.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(500.000)	-
Juros e gastos similares		(465)	(115)
		(500.465)	(115)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		2.299.535	2.999.885
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(222.919)	(2.423.166)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	9.284.923	11.708.089
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	9.062.004	9.284.923

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras

SONAE FINANCIAL SERVICES, SA**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018***(Montantes expressos em euros)***1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A SONAE FINANCIAL SERVICES, SA tem por objeto social o exercício da atividade permitida por lei às Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, foi constituída em 12 de maio de 2014 após autorização concedida pelo Banco de Portugal em 15 de abril de 2014 e tem a sua sede no Lugar do Espido – Via Norte – Maia, sendo integralmente detida pela Sonae, SGPS, SA.

A empresa obteve conhecimento do registo definitivo junto do Banco de Portugal por carta datada do dia 25 de setembro de 2015 para dar início à sua atividade estando autorizada para a emissão de moeda eletrónica e de prestação de serviços de pagamento previstos nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 4.º do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moedas Eletrónicas, aprovado pelo DL nº 317/2009 de 30 de outubro alterado pelo DL nº 242/2012 de 7 de novembro. Tem número de registo no Banco de Portugal 7500.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras em base individual foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Aviso 5/2015 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2018:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2018:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamentos	01/jan/18
Emendas à IAS 40 - Propriedades de investimento	01/jan/18
Emendas à IFRS 2 – Pagamentos com base em ações	01/jan/18
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01/jan/18
Emendas à IFRS 4 - Aplicação IFRS 4 Contratos de seguro com IFRS9 Instrumentos financeiros	01/jan/18
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes e emendas posteriores	01/jan/18
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	01/jan/18

Impactos IFRS 9 e IFRS 15

Relativamente a estas normas que se tornaram efetivas no período iniciado a 1 de janeiro de 2018, os impactos foram os seguintes:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 trata da classificação, mensuração e desreconhecimento de instrumentos financeiros, introduzindo alterações ao nível da classificação dos ativos financeiros, do cálculo de imparidade de ativos financeiros e da designação de relações de cobertura.

Com a adoção da IFRS 9, a empresa analisou os seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2018), tendo classificado os instrumentos financeiros nas categorias previstas da IFRS 9.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a empresa optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos.

Os ativos financeiros classificados em 2017 na categoria de clientes e contas a receber da IAS 39 encontram-se classificados em 2018 como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo de perdas estimadas, e não com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39. Estão sujeitos ao novo modelo de imparidade os instrumentos de dívida reconhecidos ao custo amortizado (clientes, outros devedores e empréstimos a entidades relacionadas) e ativos de contratos com clientes. A empresa aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são registadas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

No que diz respeito aos empréstimos a entidades relacionadas estes foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

O impacto total nos resultados transitados pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 foi considerado imaterial, não tendo sido relevado contabilisticamente.

IFRS 15 - Reconhecimento do Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 23 - Incerteza no tratamento dos impostos sobre o rendimento	01/jan/19
Emendas à IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01/jan/19
IFRS 16 – Locações	01/jan/19

A empresa não procedeu à aplicação antecipada destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas com exceção da IFRS 16.

Impactos IFRS 16

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado como um direito de uso e um passivo correspondente para os contratos de locação.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela redução do valor a pagar ao locador, pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Durante o exercício de 2018, a Empresa procedeu à inventariação dos contratos de locação existentes, e efetuou a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16. As análises efetuadas centraram-se, em particular, nos prazos de locação a serem utilizados de acordo com a natureza das locações, as opções disponíveis nos acordos contratuais e a implementação de uma metodologia de taxa de juros que atenda aos requisitos da nova norma.

Adicionalmente, foram revistos e adotados os sistemas de informação existentes por forma a fazer face aos requisitos da norma.

Após a análise de impacto realizada durante 2018, a Empresa decidiu aplicar IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva completa a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta abordagem permite uma visão mais abrangente e completa, permitindo a comparabilidade com o período anterior, dado que as demonstrações financeiras de 2018 irão ser reexpressas, como se sempre se tivesse aplicado esta norma.

Os impactos estimados de aplicação do IFRS 16 a 31 de dezembro de 2018 traduzem-se num incremento do valor do ativo em cerca de 230 mil de euros relativos ao “Direito de Uso”, num incremento do valor do passivo em cerca de 231 mil de euros relativos ao “Passivo de locação”, sendo o impacto em capitais próprios imaterial.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até á data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2018:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 17 - Contratos de seguro	01/jan/21
Emendas à IAS 28 - Investimentos em associadas	01/jan/19
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01/jan/19
Emendas à IAS 19 - Benefícios dos Empregados	01/jan/19
Emendas referentes à estrutura concetual das normas internacionais de relato financeiro	01/jan/20
Emendas à IFRS 3 - Concentrações de actividades empresariais	01/jan/20
Emendas à IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade	01/jan/20

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas, não sendo estimados impactos significativos.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, que no caso do hardware é de 3 anos, e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, depreciações do exercício.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos intangíveis incluem, basicamente, licenças de utilização de software e gastos associados à montagem / implementação de sítios na internet que serão utilizados na atividade operacional da empresa.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações do exercício da demonstração de resultados.

As taxas de amortização anual utilizadas são as seguintes:

	%
Software	33,33
Propriedade industrial	33,33

2.4 Regime de acréscimo

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A empresa está inserida no grupo de empresas dominado pela Sonae, SGPS, SA e tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira de outros ativos correntes ou outros passivos correntes, respetivamente.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo na demonstração da posição financeira e a sua base de tributação,

sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor no período em que se prevê seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis.

Os impostos diferidos, são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.6 Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

2.6.1 Caixa e outras disponibilidades

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e outras disponibilidades correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

2.6.2 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 2.6.8.

Até 31 de dezembro de 2017, as perdas por imparidade eram registadas na sequência de eventos ocorridos que indicassem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não seria recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 4.

2.6.3 Contas de pagamento a débito de clientes

Esta rubrica inclui o valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo.

2.6.4 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

2.6.5 Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

2.6.6 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.4. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é

adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

2.6.7 Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

2.6.8 Imparidade de ativos financeiros

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas, como descrito na nota 3.3.

Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avaliava, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias nas quais o valor recuperável destes ativos era inferior ao seu custo. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes”, e “Outras dívidas de terceiros” eram avaliados tendo por base a situação financeira do devedor, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise de imparidade.

2.7 Rédito

Os rendimentos são reconhecidos na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

A SFS tem como principais fontes de rédito: i) Comissões recebidas dos clientes decorrentes de serviços previstos no preçário do Cartão Universo; ii) Comissões recebidas pela participação material (no sentido estrito da disponibilização aos clientes do Cartão Universo, o qual é parte essencial à mobilização da linha de crédito que lhes é atribuída pelo BNP Personal Finance) na efetivação de operações de crédito, e iii) Comissões recebidas pela prestação de serviços de marketing e de gestão ao BNP Personal Finance e às empresas do grupo Sonae detentoras das lojas de retalho que utilizam o Cartão Universo como base para promoção do crédito no ponto de venda.

O rédito relativo a comissões decorrentes de prestação de serviços é reconhecido desde que as seguintes condições sejam cumpridas: (1) os serviços tenham já sido prestados; (2) o montante de rédito possa ser mensurado com fiabilidade; (3) é provável que benefícios económicos fluam para a empresa; e (4) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O valor de rédito relativo a comissões recebidas pela participação material na efetivação de operações de crédito é reconhecido no momento em que a operação de crédito é concretizada junto do BNP Personal Finance, podendo, dependendo da sua natureza, ser calculado como uma comissão apurada como percentagem dos fundos processados ou como um valor fixo por evento de crédito.

As comissões recebidas pela prestação de serviços de marketing e de gestão são registadas linearmente ao longo do período do contrato, quando aplicável, ou no momento em que o serviço é prestado.

O montante de rédito não faturado é reconhecido como acréscimo de rendimento de acordo com o princípio de especialização de exercícios.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

2.8 Recursos de clientes

Esta rubrica inclui a responsabilidade pelo valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo.

A contrapartida desta responsabilidade encontra-se registada na demonstração da posição financeira em outros ativos (nota 2.6.3).

2.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.10 Política de remuneração da administração

Passaram a ser remunerados, a partir de agosto de 2017, dois dos membros do Conselho de Administração da sociedade. Os restantes membros são não remunerados, dado que desempenham funções em outras sociedades do Grupo Sonae. Os membros do Conselho de Administração adotam a política do Grupo de serem remunerados em apenas uma das instituições em que desempenham funções.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos pela Empresa estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, SA.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras efetuam-se estimativas e assumem-se previsões que poderão afetar os ativos, passivos, créditos e gastos. Para a elaboração destas estimativas utilizou-se a informação disponível à data de preparação das

demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efetivamente verificados poderão diferir destas estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis. Pela importância em valor que assumem, detalhamos as principais fontes de rédito: i) Comissões recebidas dos clientes decorrentes de serviços previstos no preçário do Cartão Universo; ii) Comissões recebidas pela participação material (no sentido estrito da disponibilização aos clientes do Cartão Universo, o qual é parte essencial à execução das operações de crédito operadas na linha de crédito que lhes é atribuída pelo BNP Personal Finance) na efetivação de operações de crédito. Relativamente aos itens i) e ii), as estimativas são apuradas em cada mês a partir da consulta de um Data Warehouse da Sonae Financial Services no qual são registadas todas as operações executadas pelos clientes utilizando o Cartão Universo tendo esta informação origem no processador/autorizador das transações, a Mastercard Payment Services, SA.

2.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam àquela data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração.

As atividades da Sonae FS estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O Conselho de Administração assume a responsabilidade por definir os princípios para a gestão dos riscos e as políticas que cobrem áreas específicas como: o risco de taxa de câmbio, o risco de taxa de juro, o risco de crédito, o uso de derivativos e outros instrumentos financeiros não derivativos, bem como o investimento do excesso de liquidez.

3.1. Risco de mercado

a) Risco de taxa de juro

O risco de flutuação da taxa de juro pode-se traduzir num risco de fluxo de caixa ou num risco de justo valor, consoante se tenham negociado taxas de juro variáveis ou fixas.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2018, existiram empréstimos remunerados recebidos dos acionistas ou de instituições financeiras. Ao nível das disponibilidades, estas estão representadas por depósitos bancários indexados a taxas variáveis.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta que o endividamento foi inexistente durante o período de 2018 foi residual, estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira, caso as taxas de juro de mercado tivessem aumentado, em média, 75bp durante o ano de 2018, os juros suportados nesse exercício seriam de 114 euros.

Relativamente aos depósitos bancários, estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira, caso as taxas de juro de mercado tivessem

aumentado, em média, 75bp durante o ano de 2018, os juros recebidos nesse exercício assumiriam um valor residual.

b) Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é muito reduzido ou quase inexistente, na medida em que quase a totalidade dos fluxos operacionais são contratados em euros.

3.2. Risco de liquidez

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas perante os seus fornecedores, colaboradores, acionistas e outros credores.

As necessidades de fundo de maneo da Sonae FS durante o exercício de 2018, foram asseguradas pela sua única acionista - Sonae, SGPS, SA, através de um aumento de capital pelo montante de 1 milhão de euros (1,3 milhões de euros em 2017) e de entradas de numerário para cobertura de prejuízos, no montante de 1,3 milhões de euros (1,7 milhões de euros em 2017) e pelo resultado da sua atividade. Para 2019, prevê-se que as necessidades de fundo de maneo sejam maioritariamente asseguradas pela atividade da empresa e o remanescente pela sua acionista, excetuando eventuais compras de ativos.

3.3. Risco de crédito

A sociedade adotou uma estratégia de não concessão de crédito aos seus clientes. Essa atividade é assegurada pelo seu parceiro de negócio BNP Paribas, Personal Finance, SA.

Assim, o risco de crédito concedido a clientes é inexistente.

Remanesce o risco de crédito associado à aplicação de excedentes de tesouraria da sociedade e de outros devedores relacionados com a atividade operacional da empresa, na medida em que se falharem com o cumprimento das suas obrigações contratuais, originam uma perda financeira para a empresa.

A sociedade adota as práticas do Grupo Sonae para avaliação de contraparte em operações financeiras e de outros devedores, nomeadamente a avaliação do rating respetivo com base em informação de entidades externas credenciadas e análise de elementos contabilístico-financeiros, procurando maximizar a todo o tempo a boa cobrança e liquidez dos ativos na posse de terceiros.

4. CATEGORIA DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.6, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram classificados como segue:

	Notas	31 dezembro 2018		
		Ativo / passivos ao custo amortizado	Ativo / passivos não financeiros	Total
Ativos correntes				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	300	-	300
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	9.061.704	-	9.061.704
Outros ativos	10	3.784.591	2.316.525	6.101.116
Ativos Financeiros		12.846.595	2.316.525	15.163.120
Passivos não correntes				
Outros passivos não correntes	11	-	80.967	80.967
		-	80.967	80.967
Passivos correntes				
Recursos de clientes	12	262.888	-	262.888
Outros passivos	13	11.028.571	666.143	11.694.714
		11.291.459	666.143	11.957.602
Passivos Financeiros		11.291.459	747.110	12.038.569

	Notas	31 dezembro 2017		
		Ativo / passivos ao custo amortizado	Ativo / passivos não financeiros	Total
Ativos correntes				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	9.284.923	-	9.284.923
Outros ativos	10	3.857.158	474.666	4.331.824
Ativos Financeiros		13.142.081	474.666	13.616.747
Passivos não correntes				
Outros passivos não correntes	11	-	29.317	29.317
		-	29.317	29.317
Passivos correntes				
Recursos de clientes	12	187.161	-	187.161
Outros passivos	13	10.543.845	312.974	10.856.819
		10.731.006	312.974	11.043.980
Passivos Financeiros		10.731.006	342.291	11.073.297

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe desta rubrica era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Numerário	300	-
Depósitos bancários	9.061.704	9.284.923
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	9.062.004	9.284.923
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	9.062.004	9.284.923

6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o montante registado na rubrica de investimentos corresponde a unidades de participação detidas no Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com o regime jurídico estabelecido pela lei nº70/2013, de 30 de agosto.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ativos fixos tangíveis era o seguinte:

	Equipamento Administrativo	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	20.738	20.738
Aumentos	12.643	12.643
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	33.381	33.381
Aumentos	166.535	166.535
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	199.916	199.916
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	3.719	3.719
Aumentos	9.960	9.960
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	13.679	13.679
Aumentos	21.148	21.148
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	34.827	34.827
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2017	19.702	19.702
A 31 de dezembro de 2018	165.089	165.089

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ativos intangíveis era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	7.066	1.916.526	-	1.923.592
Aumentos	-	365	1.503.470	1.503.835
Transferências / abates	898	392.438	(393.336)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	7.964	2.309.329	1.110.134	3.427.427
Aumentos	-	7.497	869.617	877.114
Transferências / abates	-	1.791.782	(1.791.782)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	7.964	4.108.608	187.969	4.304.541
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	5.554	519.171	-	524.725
Aumentos	1.535	508.833	-	510.368
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	7.089	1.028.004	-	1.035.093
Aumentos	383	915.554	-	915.937
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	7.472	1.943.558	-	1.951.030
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2017	875	1.281.325	1.110.134	2.392.334
A 31 de dezembro de 2018	492	2.165.050	187.969	2.353.511

Em 31 de dezembro de 2018 dos aumentos do exercício na rubrica de ativos intangíveis, destacam-se: 373,5 mil euros associados ao desenvolvimento de novas funcionalidades no portal e na APP do Universo com objetivo de gerar novas linhas de crédito (409 mil euros em 31 dezembro 2017); 265,6 mil euros relativos à disponibilização de serviços de pagamentos com o cartão Universo (Pagamento de serviços, carregamentos e pagamentos ao estado através de ATM's e canais digitais) (231,6 mil euros em 31 dezembro 2017); 70,2 mil euros relativos à implementação de melhorias nas ferramentas de tratamento de dados de clientes, com vista ao combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (365,4 mil euros em 31 dezembro 2017); 87,3 mil euros relativos à disponibilização da informação em Real Time nos canais digitais; 66 mil euros associados à aceitação, pelos parceiros, de pagamentos em modalidades especiais em terminais físicos e online.

O investimento no software acima referido está associado a aplicações e funcionalidades essenciais à atividade da empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram constituídas quaisquer perdas por imparidade, na sequência da análise efetuada tendo em conta o plano de negócio aprovado pelo Conselho de Administração, o qual foi preparado recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para 5 anos. As projeções foram

efetuadas utilizando um custo médio ponderado de capital de 10% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 0,5%.

9. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos ativos por impostos diferidos era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Prejuízos fiscais reportáveis	246.941	246.941
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	21.085	9.486
	268.026	256.427

Os ativos por impostos diferidos de prejuízos fiscais reportáveis registados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporais que os geraram, correspondem a prejuízos fiscais reportáveis, gerados durante o exercício de 2014, ou seja, em data anterior à empresa estar incluída no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Sonae, SGPS, SA. A taxa de imposto utilizada para apuramento de impostos diferidos ativos foi de 21%. Estima-se, com base nos planos de negócios da empresa, que estes ativos sejam recuperados dentro dos prazos legais (2026).

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 2018 e 2017 foi como segue:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Saldo inicial	256.427	246.941
Efeito em resultados:		
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	11.599	9.486
	268.026	256.427

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de outros ativos correntes era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Clientes	2.874.602	2.812.031
Impostos - RETGS	471.036	13.528
Setor público administrativo	457	36.984
Rendimentos a receber - comissões	943.903	751.926
Despesas com encargo diferido	1.372.165	437.682
Recursos de clientes (nota 12)	379.922	194.027
Outros	59.031	85.646
	6.101.116	4.331.824

Os montantes registados nas rubricas de clientes e rendimentos a receber – comissões, corresponde às contrapartidas financeiras associadas ao Cartão Universo resultantes

essencialmente, da relação de parceria entre a sociedade e o BNP Paribas, Personal Finance, SA, nos termos do acordo assinado em 13 de fevereiro de 2015, respetivas adendas e anexo financeiro.

O montante da rubrica impostos – RETGS corresponde ao montante líquido a receber da dominante relativo ao imposto do exercício apurado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. Prevê-se que este montante seja recebido durante 2019 da sociedade dominante (Sonae, SGPS, SA).

A rubrica de despesas com encargos diferidos corresponde essencialmente a valores incorridos com produção e entrada em circulação de cartões Universo.

A rubrica recursos de clientes representa o valor das transferências efetuadas para as contas de pagamento a débito dos clientes deduzido do valor das transações (compras/pagamentos e levantamentos) a débito efetuadas pelos clientes com o Cartão Universo, encontrando-se o crédito registado na rubrica recursos de clientes e outros empréstimos (nota 12).

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O justo valor das contas a receber é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

11. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante registado nesta rubrica corresponde à responsabilidade por bónus de desempenho (nota 17).

12. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o montante registado nesta rubrica corresponde à responsabilidade da empresa relativa ao valor entregue e ainda não utilizado pelos clientes do cartão para realização de operações a débito (nota 10).

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Setor público administrativo		
IVA	561.923	223.273
Retenção impostos	31.080	28.706
Imposto de selo	31.186	25.078
Contribuições segurança social	41.954	35.918
Credores diversos:		
Credores de outros bens e serviços	2.000.624	1.048.426
Ativos tangíveis e intangíveis	6.632	97.134
Outros credores	4.036.783	4.764.534
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	610.634	751.085
Responsabilidades por bónus de desempenho diferido (nota 18)	12.743	12.841
Cedência de pessoal	880.000	500.000
Trabalhos especializados	231.587	106.588
Serviços bancários	1.696.188	1.991.490
Gastos gerais administrativos	19.376	17.600
Publicidade	1.143.657	1.136.064
Comunicação	-	112.087
Seguros	13.217	5.995
Outros	377.130	-
	11.694.714	10.856.819

O saldo de credores de outros bens e serviços no montante de 2.000.624 euros (1.048.426 euros em 31 de dezembro de 2017) respeita exclusivamente a valores a pagar a credores de bens e serviços correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da empresa sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a antiguidade dos saldos da rubrica credores de outros bens e serviços pode ser analisada como se segue:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Não vencido	1.242.508	907.275
Vencido		
0-90 dias	675.037	139.184
mais de 90 dias	83.079	1.967
	2.000.624	1.048.426

O montante registado em outros na rubrica credores diversos respeita essencialmente a valores a pagar a empresas do Grupo Sonae relacionados com a cedência de pessoal (nota 22), os mesmos não se encontram vencidos.

A rubrica de remunerações a liquidar corresponde às responsabilidades vencidas em 2018 a pagar em 2019 relativas a férias e subsídio de férias, outras remunerações e respetivos encargos.

A rubrica de serviços bancários corresponde essencialmente a responsabilidades a pagar relativas a serviços prestados pela Mastercard Payment Transaction Services SA de processamento e autorização de transações financeiras, gestão de contas, emissão de cartões, serviços de call-center especializado e gestão de informação de clientes.

A rubrica de publicidade corresponde essencialmente a despesas incorridas com a realização de campanhas de marketing junto dos clientes Universo.

14. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, encontra-se integralmente subscrito e realizado, está representado por 6.500.000 ações ordinárias (5.500.000 ações em 31 de dezembro de 2017), nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada.

A sociedade é detida integralmente e consolida as suas contas com a Sonae, SGPS, SA, com sede em Lugar do Espido - Via Norte, Maia, sua acionista única.

A acionista da empresa é a Sonae, SGPS, SA, empresa controlada pela Efanor Investimentos, SGPS, SA.

Nos termos da autorização para constituição da Sonae Financial Services, SA como instituição de moeda eletrónica pelo Banco de Portugal, foi definido que a sociedade adota como método de apuramento de requisitos de fundos próprios afetos à atividade de prestação de serviços de pagamentos não associados à emissão de moeda eletrónica o Método das Despesas Gerais Fixas, tal como definido no anexo II do DL nº 317/2009 de 30 de outubro alterado pelo DL nº 242/2012 de 7 de novembro.

Nos termos da legislação supra a empresa deverá possuir fundos próprios de montante equivalente a 10% do valor das suas despesas gerais fixas referentes aos últimos 12 meses de atividade. A Sociedade tem voluntariamente vindo a garantir o cumprimento de rácios de cobertura de fundos próprios 20% acima do valor exigido pela Lei.

A 31 dezembro de 2018 a empresa apresenta fundos próprios no montante de 3.566.021 euros, sendo o montante mínimo necessário requerido pelo Método das Despesas Gerais Fixas de 2.791.877 euros. O montante médio das suas despesas gerais fixas referentes aos últimos 12 meses de atividade foi de 27.918.774 euros.

A 11 de dezembro de 2018, em Assembleia Geral de Acionistas, foi deliberado para cumprimento dos requisitos de manutenção de capitais próprios impostos pela legislação setorial das instituições de moeda eletrónica, tal como refletidos no artigo 31º ex vi do

artigo 33º, ambos do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e Moeda Eletrónica (Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de outubro, nos termos alterados pelo Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro), regulamentados pelo Aviso do banco de Portugal nº 6/2010, aumentar o capital de 5.500.000 euros para 6.500.000 euros através de entradas em numerário para reforço dos capitais da sociedade. A 31 de dezembro de 2018 este aumento de capital encontra-se totalmente realizado.

Seguindo uma política de minimização de risco de contraparte e de maximização de liquidez, os excedentes de tesouraria da sociedade são mantidos sob a forma de depósitos à ordem junto de uma instituição bancária de referência no sistema bancário português.

15. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas, realizadas em 31 de janeiro de 2018 e 21 de maio de 2018 a acionista única efetuou cobertura de prejuízos no montante de, respetivamente, 800.000 euros e 500.000 euros, para cumprimento dos requisitos de fundos próprios impostos pela legislação setorial das instituições de moeda eletrónica, tal como refletidos nos artigos 30º e 31º do Regime Jurídico dos Serviços dos Pagamento e Moeda Eletrónica (Decreto-Lei nº 317/2009, de 30 de outubro, nos termos alterados pelo Decreto-Lei nº 242/2012, de 7 de novembro).

16. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Vencíveis em:		
N+1	92.839	51.809
N+2	82.155	29.492
N+3	78.906	26.518
N+4	66.751	22.965
N+5	13.525	12.053
	334.176	142.837

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 102.490 euros (37.176 euros em 31 de dezembro de 2017), relativos a contratos de locação operacional.

17. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

De acordo com nota 2.11 existem prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o administrador estiver ao serviço na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da mesma nota.

A responsabilidade relativa aos planos de ações acima referidos encontra-se calculada por referência à cotação da Sonae, SGPS, SA à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31.dezembro.2018		31.dezembro.2017	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2014	2015	2018	1	-	1	40.852
Plano 2015	2016	2019	2	44.561	2	47.950
Plano 2016	2017	2020	2	77.958	2	78.282
Plano 2017	2018	2021	2	191.029	-	-

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Plano 2014	2015	2018	46.979	-	45.999
Plano 2015	2016	2019	44.561	36.094	53.992
Plano 2016	2017	2020	77.958	63.146	88.146
Plano 2017	2018	2021	191.029	154.733	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Saldo inicial	167.084	-
Movimento do exercício:		
Atribuídas	191.029	78.282
Vencidas	(43.000)	-
Transferidas/ajustadas	(1.565)	88.802
Saldo final	313.548	167.084
Em valor	31.dezembro.2018	31.dezembro.2017
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	63.288	42.158
	63.288	42.158
Registado em outros passivos não correntes (nota 11)	80.967	29.317
Registado em outros passivos correntes (nota 13)	12.743	12.841
	93.710	42.158

Os valores registados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 correspondem ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto. Os gastos destes planos são reconhecidos em gastos com o pessoal ao longo do período que medeia entre a atribuição e o seu exercício.

18. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos e as transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Acionista	483.540	-
Outras partes relacionadas	546.506	886.183
Contas a receber	1.030.046	886.183
Acionista	30.750	-
Outras partes relacionadas	4.900.480	6.182.546
Contas a pagar	4.931.230	6.182.546

Transações	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Outras partes relacionadas	1.506.343	2.030.988
Prestação de serviços e outros rendimentos	1.506.343	2.030.988
Acionista	25.000	-
Outras partes relacionadas	3.946.980	3.270.653
Compras e serviços recebidos	3.971.980	3.270.653
Outras partes relacionadas	8.533.176	7.182.761
Custos com pessoal	8.533.176	7.182.761
Acionista	107	-
Juros suportados	107	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

As transações acima identificadas com outras partes relacionadas respeitam essencialmente às subsidiárias da Sonae, SGPS, SA, acionista única da Sonae Financial Services, SA, nomeadamente as empresas Modelo Continente Hipermercados, SA, Worten - Equipamentos para o Lar, SA, Sonae MC Serviços Partilhados, SA, Continente Hipermercados, SA, SFS, Gestão e Consultoria, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 teve a seguinte composição:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Remuneração fixa	300.103	166.803
Remuneração variável de médio prazo	63.288	42.158
	363.391	208.961

Em 2018 e 2017, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

19. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de rendimentos de serviços e comissões era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Comissões		
Associadas ao uso do cartão, conforme preçário	8.902.912	6.828.850
Decorrentes da produção de crédito com juros	21.266.045	16.441.195
	30.168.957	23.270.045

O montante registado na rubrica comissões por operações a crédito corresponde às contrapartidas financeiras associadas ao Cartão Universo resultantes essencialmente, da relação de parceria entre a sociedade e o BNP Paribas, Personal Finance, SA nos termos do acordo assinado em 13 de fevereiro de 2015, respetivas adendas e anexo financeiro (nota 2.7).

20. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de encargos com serviços e comissões era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	(1.419.861)	(1.315.540)
Por operações realizadas por terceiros	(8.425.353)	(6.397.159)
Outras comissões prestadas por terceiros	(2.004.984)	(1.423.400)
	(11.850.198)	(9.136.099)

Dos montantes registados na rubrica serviços prestados por terceiros 647.922 euros (596.027 euros em 2017) correspondem a taxas de intercâmbio (Interchange Fee) incorridas, 173.485 euros (179.259 euros em 2017) a comissões cobradas pelo Banco BNP “Cetelem” e 598.454 euros (540.254 euros em 2017) a serviços de processamento de dados e de acesso às redes de pagamento nacionais e internacionais.

O montante registado na rubrica operações realizadas por terceiros corresponde essencialmente a serviços prestados pela MasterCard Payment Transaction Services SA, relativos a: processamento e autorização de transações financeiras, gestão de contas,

emissão de cartões, serviços de call-center especializado e gestão de informação de clientes.

O montante registado na rubrica outras comissões prestadas por terceiros corresponde a comissões sobre crédito concedido e ativação de cartões Universo na rede de lojas Sonae.

21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos outros resultados de exploração era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Outros ganhos e rendimentos:		
Comparticipação na promoção do cartão	119.833	229.562
Outras participações	200.000	100.000
Outros	9.590	12.998
Outros gastos e perdas:		
Imposto selo	(79.456)	(89.792)
IVA	(3.223.960)	(1.969.435)
Outros	(4.308)	(2.765)
	(2.978.301)	(1.719.432)

O montante de 119.833 euros (229.562 euros em 2017) refere-se à participação da Mastercard e do BNP Paribas, Personal Finance, SA na promoção do Cartão Universo.

O montante de 200.000 euros (100.000 euros em 2017) corresponde à participação da Mastercard Europe nas campanhas de marketing de promoção do Cartão Universo.

O montante registado na rubrica IVA corresponde ao imposto suportado no âmbito da atividade da sociedade que não é passível de dedução por aplicação do pró-rata.

22. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Remunerações	2.057.880	1.805.082
Encargos sociais obrigatórios	357.199	295.138
Cedência de pessoal	8.550.124	7.182.761
Outros gastos com pessoal	87.253	41.181
	11.052.456	9.324.162
Número médio de colaboradores	47	40

O valor registado em cedência de pessoal está relacionado com a utilização, no âmbito de cedência a tempo inteiro ou através de contrato pluriempregador, de colaboradores das

empresas que exploram as insígnias Continente e Worten para suporte aos clientes Universo que suscitam apoio e informação junto destas lojas.

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe dos gastos administrativos era o seguinte:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Água, energia e combustíveis	33.391	15.515
Material de consumo corrente	6.826	4.483
Outros fornecimentos de terceiros	2.150	5.462
Rendas e alugueres	112.905	48.374
Comunicação	814.974	875.565
Deslocações, estadas e representação	133.544	66.958
Publicidade	827.655	1.570.198
Conservação e reparação	32.433	11.472
Seguros	12.321	26.337
Serviços especializados:		
Consultoria	392.239	214.737
Volume Brand Fee	211.028	136.523
Licenciamento e manutenção software	155.565	-
Serviços custódia digital	78.000	72.000
Apoio jurídico	51.048	3.217
Serviços pagamento	45.967	-
Outros	159.109	164.151
Outros serviços de terceiros:		
Produção extratos	361.636	261.349
Tratamento correio	2.313	10.990
Reenvio cartas adesão	9.323	-
Serviços partilhados	1.947.411	1.744.823
	5.389.838	5.232.154

Na rubrica de comunicação estão incluídos serviços postais prestados pelos CTT.

O montante de 827.655 euros (1.570.198 euros em 2017) registado na rubrica de publicidade, diz respeito, essencialmente, a custos incorridos com a promoção, divulgação e angariação de clientes do Cartão Universo, tais como atribuição de vouchers a novas adesões e campanhas publicitárias direcionadas para a angariação de clientes.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica serviços partilhados inclui o montante de 1.141.687 euros (882.561 euros em 2017) referente a serviços partilhados, corporativos e de suporte à gestão e o montante de 805.725 euros (862.262 euros em 2017) referente a serviços prestados no âmbito de sistemas de informação por entidade relacionada.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Imposto corrente	(38.738)	(22.505)
Imposto diferido	479.950	9.486
	441.212	(13.019)

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Resultado antes de imposto	(2.039.061)	(2.662.130)
Taxa de imposto	21%	21%
Imposto teórico	(428.203)	(559.047)
Alteração de taxa de imposto diferido	(773)	(9.486)
Prejuízos fiscais sem ativos por impostos diferidos	-	599.452
Benefícios fiscais	(51.376)	(29.128)
Tributação autónoma	38.545	16.099
Outros	595	(4.871)
Imposto sobre o rendimento	(441.212)	13.019

25. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(1.597.849)	(2.675.149)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(1.597.849)	(2.675.149)
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5.557.534	4.744.932
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	5.557.534	4.744.932
Resultado por ação básico / diluído	(0,29)	(0,56)

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março 2019. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

27. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 artº 5º nº 4

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Sonae MC, SGPS, SA	-	500.000	500.000	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2018 até esta data que necessitem ser divulgados.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2019.

O Contabilista Certificado,

Ana Paula Vieira e Pinho

O Conselho de Administração,

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Carlos Eduardo Afonso Braziel da Cruz David

Paulo Jorge Henriques Pereira



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae Financial Services, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 17.958.101 euros e um total de capital próprio de 5.919.532 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.597.849 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae Financial Services, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

29 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Sonae Financial Services, S.A. (a Entidade), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, das alterações no capital próprio, dos seus resultados, do rendimento integral e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.